

O Índice de Desenvolvimento da Educação do Estado de São Paulo – Idesp: resultados e metas estabelecidas

The Education Development Index of the State of São Paulo - Idesp:
results and established goals

El Índice de Desarrollo de la Educación del Estado de São Paulo –
Idesp: resultados y metas estabelecidas

Luiz Carlos Gesqui

Universidade de Araraquara, São Paulo, Brasil

Fundação Nacional de Desenvolvimento do Ensino Superior Particular - Funadesp.

lgesqui@gmail.com - <https://orcid.org/0000-0002-8364-6450>

Recebido em 26 de outubro de 2020

Aprovado em 02 de dezembro de 2021

Publicado em 18 de fevereiro de 2023

RESUMO

A Secretaria de Educação do Estado de São Paulo (Seduc-SP) lançou, em 2008, o Programa de Qualidade da Escola (PQE) com o objetivo de promover a melhoria da qualidade e a equidade do ensino nas mais de 5.000 escolas que compõem a rede pública paulista de ensino regular, e, para aferir essa qualidade, estabeleceu o Índice de Desenvolvimento da Educação do Estado de São Paulo (Idesp), um indicador estatístico que mensura a qualidade da educação oferecida a esses alunos e estabelece metas a serem alcançadas anualmente para cada escola e até 2030 para toda a rede, com o objetivo de cumprir o estabelecido legalmente, ou seja, garantir o direito fundamental de que todos os alunos aprendam com qualidade. Este artigo, de base documental, analisa as médias Idesp das três etapas de escolarização obtidas por essa rede no período de 2007 a 2019 e realiza, a partir dessas médias, quatro simulações para o período de 2020 a 2030. Os resultados obtidos sugerem, hipoteticamente, o não cumprimento do estabelecido legalmente para a atual política de qualidade da educação da rede pública paulista de ensino regular e, de modo especial, no que se refere aos anos finais do ensino fundamental

e ao ensino médio. Conclui-se que tanto os resultados como as metas Idesp carecem de investigação científica por parte do campo acadêmico brasileiro e por parte da Seduc-SP, pois são elevadas as possibilidades de judicialização da qualidade da educação da rede pública paulista de ensino regular.

Palavras-chave: Avaliação externa em larga escala; Idesp; Qualidade da educação.

ABSTRACT

The Department of education of the State of São Paulo (Seduc - SP) launched, in 2008, the School Quality Program (PQE) with the objective of promoting the improvement of the quality and equity of education in more than 5,000 schools that make up the public school system of regular education and to measure this quality established by the Index (Idesp), a statistical indicator that measures the quality of education offered to these students and establishes goals to be achieved annually for each school and by 2030 for the entire public educational system, with the objective of fulfill what is legally established, that is, ensure the fundamental right that all students learn with quality. This paper, of documental basis, analyzes the Idesp averages for the three stages of schooling obtained by this educational system in the period from 2007 to 2019 and performs, based on these averages, four simulations for the period from 2020 to 2030. The obtained results suggest, hypothetically, the non-fulfillment of what is legally established for the current education quality policy of the São Paulo public system of regular education and, in particular, with regard to the final years of elementary school and high school. It is concluded that both the results and the Idesp goals lack scientific research on the part of the Brazilian academic field and on the part of Seduc-SP, because there are high possibilities for judicializing the quality of education in the São Paulo public system of regular education.

Keywords: Large-scale external evaluation; Idesp; Quality of education.

RESUMEN

La Secretaría de Educación del Estado de São Paulo (Seduc-SP) lanzó, en 2008, el Programa de Calidad Escolar (PQE) con el objetivo de promover la mejora de la calidad y equidad de la educación en las más de 5.000 escuelas que componen la red pública de educación regular de São Paulo y, para evaluar esa calidad, estableció el Índice de Desarrollo de la Educación del Estado de São Paulo (Idesp), un indicador estadístico que mide la calidad de la educación ofrecida a estos estudiantes y establece metas a alcanzar anualmente para cada escuela y al 2030 para toda la red, con el objetivo de cumplir con lo legalmente establecido, es decir, garantizar el derecho fundamental de que todos los alumnos aprendan con calidad. Este artículo de base documental analiza los promedios del Idesp de las tres etapas

de escolaridad obtenidos por esta red en el período 2007 a 2019 y, a partir de estos promedios, realiza cuatro simulaciones para el período 2020 a 2030. Los resultados obtenidos sugieren, hipotéticamente, el incumplimiento de lo establecido legalmente para la actual política de calidad de la educación de la red pública de educación regular de São Paulo y, en particular, en lo que respecta a los últimos años de la enseñanza primaria y secundaria. Se concluye que tanto los resultados como las metas del Idesp requieren investigación científica por parte del campo académico brasileño y de la Seduc-SP, ya que las posibilidades de judicialización la calidad de la educación en la red de escuelas regulares públicas de São Paulo son altas.

Palabras clave: Evaluación externa a gran escala; Idesp; Calidad de educación.

Introdução

Qualquer referência ao tema avaliação no campo educacional resulta na necessidade de especificar a que tipo de avaliação nos referimos, uma vez que são muitos os utilizados ou simplesmente mencionados no campo, como a avaliação de aprendizagem, a do processo, a institucional, a do ensino e da aprendizagem, e se é uma avaliação somativa, formativa, meta-avaliação, avaliação diagnóstica ou, ainda, de resultados.

De todo modo, principalmente nas últimas décadas, ganhou destaque a avaliação de resultados obtida por meio das avaliações educacionais em larga escala, as quais subsidiam a elaboração de indicadores estatísticos, que, por sua vez, são utilizados na prestação de contas à sociedade quanto às diferentes facetas do campo educacional, como o número de atendimentos realizados, desempenho de alunos, escolas e/ou redes de ensino, distribuição de premiação financeira aos profissionais da educação, entre outras.

Dessa forma, as avaliações em larga escala ocupam centralidade na proposição, análise e acompanhamento das políticas educacionais, de modo especial daquelas relacionadas à qualidade da educação básica nacional estabelecidas na Constituição Federal (BRASIL, 1988) e reafirmadas no atual Plano Nacional de Educação (PNE) (BRASIL, 2014), ao estabelecer em sua meta 7, como

parâmetro de qualidade da educação básica nacional, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). Trata-se de um indicador estatístico que possui como um de seus componentes centrais resultados obtidos em uma avaliação em larga escala, no caso o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb).

Quanto às redes estaduais de ensino, muitos são os estados que há anos possuem indicadores estatísticos elaborados para elas (LOPES, 2007; BAUER, 2019). Entre esses estados, destaco o de São Paulo, que possui o Índice de Desenvolvimento da Educação do Estado de São Paulo (Idesp), o qual mensura, desde 2007, a qualidade da educação da rede pública paulista de ensino regular, e possui como um de seus componentes centrais os resultados obtidos por seus estudantes em uma avaliação externa em larga escala, no caso o Sistema de Avaliação e Rendimento Escolar do Estado de São Paulo (Saresp).

Isto posto, este artigo tem como objetivo apresentar os indicadores de qualidade da educação da rede pública paulista de ensino regular, no período de 2007 a 2019, como possibilidade de análise da política de qualidade da educação estabelecida pela Secretaria de Educação do Estado de São Paulo (Seduc-SP) (SÃO PAULO, 2008). O texto está organizado em quatro partes, de modo a apresentar produções acadêmicas que utilizam como objetos de investigação as avaliações externas em larga escala realizadas no Brasil e/ou seus resultados; a rede pública paulista de ensino regular e o Idesp; seus indicadores Idesp no período de 2007 a 2019, isto é, da primeira até a mais recente edição do Idesp com dados disponibilizados; e um conjunto com quatro cenários hipotéticos para o Idesp da rede pública paulista de ensino regular para o período de 2020 a 2030, isto é, da próxima edição até a última prevista, data esta estabelecida pela Seduc-SP para o encerramento da política de qualidade educacional cujo parâmetro é o Idesp.

Necessário destacar que os dados aqui apresentados fazem parte de uma pesquisa em andamento, classificada como de base documental, uma vez que “a pesquisa documental vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos de

pesquisa” (GIL, 2002, p.45) e dispensada de análise de Comitê de Ética por ser “pesquisa que utilize informações de acesso público, nos termos da Lei n. 12.527, de 18 de novembro de 2011” (CNS, 2016, p.44).

As avaliações em larga escala na educação básica brasileira

É de amplo conhecimento que as avaliações em larga escala são uma realidade nas políticas públicas educacionais e consequentemente ocupam centralidade na educação básica brasileira, haja vista o conjunto de leis, decretos, resoluções e orientações disponíveis no endereço eletrônico oficial do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) (INEP, 2020), que subsidiam a atuação de escolas, redes e sistemas de ensino; dito de outro modo, as escolas, redes e sistemas de ensino atendem, como previsto, as determinações oriundas das instâncias administrativas superiores. Entretanto, faz-se necessário identificar alguns dos focos investigativos por meio dos quais a academia científica brasileira pesquisa as avaliações em larga escala na educação básica.

Identificar os possíveis impactos resultantes das avaliações em larga escala na organização do cotidiano escolar é um desses focos. Vieira (2013) registra alterações significativas nas práticas cotidianas em sala de aula no que se refere ao planejamento, às estratégias utilizadas e às avaliações realizadas, ao passo que Fernandes (2015) identifica, em um estudo de caso, que, na busca por avanços nos indicadores do Saesp, a equipe escolar utiliza os resultados Saesp do ano anterior como parâmetro central nas definições de todas as ações estabelecidas em seu planejamento escolar anual. Do mesmo modo, Freitas (2015) constata, por meio de entrevistas com gestores escolares, que os resultados das avaliações externas determinam as principais atribuições do gestor escolar em seu cotidiano.

Quanto à apropriação dos resultados das avaliações em larga escala, Bonamino e Souza (2012) alertam quanto às possibilidades de estreitamento curricular a partir do aumento excessivo de práticas que priorizam os testes

padronizados e a transformação do cumprimento das metas estabelecidas em um dos principais objetivos da escola. Freitas (2014), por sua vez, afirma que tanto a demora observada para que as escolas tenham acesso aos relatórios de resultados dessas avaliações quanto o formato como são disponibilizados dificulta a apropriação dessas informações por parte dos atores da escola, fato este que Machado (2016) destaca como necessário para a efetividade de diversas ações e práticas no cotidiano escolar, entre elas o engajamento da comunidade escolar em seu cotidiano.

No que se refere a captar a percepção de docentes, gestores e/ou alunos quanto ao que expressam as avaliações em larga escala, Almeida, Dalben e Freitas (2013), corroborados por Cortez (2016), relatam que, para esses atores, os resultados das avaliações em larga escala, ainda que amplamente utilizados pelas escolas, não expressam seu cotidiano. Menegão (2015), por sua vez, identifica a tensão gerada pela busca do cumprimento das metas estabelecidas pelas avaliações em larga escala como principal desdobramento no cotidiano escolar, ao passo que Borges (2016), ao entrevistar gestores escolares, relata que eles ratificam a importância e necessidade das avaliações em larga escala para as escolas e não se sentem pressionados quanto ao cumprimento das metas estabelecidas.

Com a finalidade de identificar práticas escolares que, ao menos em tese, contribuam para alavancar os indicadores das avaliações em larga escala, Lima (2013) entrevista docentes e gestores escolares e constata significativo empenho deles na busca por uma melhor aprendizagem dos alunos, todavia entendem melhor aprendizagem como a obtenção de indicadores estatísticos mais elevados a cada ano, e, para tanto, todo o trabalho escolar tem por base os resultados das avaliações em larga escala. Salgado Junior, Novi e Ferreira (2015) entrevistam diretores de escolas com elevados indicadores nas avaliações em larga escala e diretores de escolas com baixos indicadores, elencando um conjunto de práticas administrativas e pedagógicas que, segundo os entrevistados, podem contribuir para alavancar os indicadores da escola em tais avaliações, o que, para Freire (2008) e

Colombo (2015), se resume, em algumas oportunidades, à priorização de atividades de treinamento e preparação exaustiva dos alunos especificamente para essas avaliações.

Outro foco investigativo é o que busca relações entre as avaliações em larga escala e a qualidade educacional, conceito que apresenta diferentes significados no campo educacional brasileiro (GUSMÃO, 2013). Nesse sentido, Sampaio (2016) utiliza os indicadores Ideb das escolas de uma rede municipal para classificá-las e, com base nessa classificação, delimitar o campo empírico de sua pesquisa com a finalidade de identificar os possíveis fatores que contribuem ou impedem que escolas obtenham indicadores Ideb elevados. Por sua vez, Chirinéa (2016) identifica que o conceito de qualidade da educação estabelecido pelo Ideb não é o único presente no cotidiano escolar, entretanto é ele que baliza as principais práticas escolares e apresenta maior visibilidade para a comunidade escolar.

O conjunto de produções acadêmicas aqui exposto destaca alguns usos e desdobramentos da utilização das avaliações em larga escala na educação básica nacional; contudo, outra possibilidade de foco investigativo é o da judicialização de questões relacionadas ao campo educacional como apresentado por Mansur (2017, p.1): “trata-se de um fenômeno mundial por meio do qual importantes questões políticas, sociais e morais são resolvidas pelo Poder Judiciário ao invés de ser solucionadas pelo poder competente, seja este o Executivo ou o Legislativo”, uma vez que

a partir da atual Constituição e das leis que se seguirem, a educação passou a ser efetivamente regulamentada, com instrumental jurídico necessário para dar ação concreta ao que foi estabelecido, pois de nada adiantaria prever regras jurídicas com relação à educação (com boas intenções) se não fossem previstos meios para a sua efetividade (CURY e FERREIRA, 2009, p. 33).

Considerando que a qualidade da educação básica nacional é estabelecida por uma lei, no caso o PNE 2014-2024 (BRASIL, 2014), e a qualidade da educação básica da rede pública paulista de ensino regular também é estabelecida por uma

legislação (SÃO PAULO, 2008), o não cumprimento das metas ali estabelecidas corresponderia ao não cumprimento de um direito legalmente estabelecido. Silveira (2011) discorre sobre a judicialização de questões relacionadas à educação infantil e destaca dois aspectos fundamentais para a efetivação da judicialização: amparo legal e evidências objetivas. Esses dois aspectos estão presentes na relação entre avaliação em larga escala e qualidade da educação.

A rede pública paulista de ensino regular e o Idesp

A rede pública paulista de ensino regular atende, segundo informações disponíveis em seu endereço eletrônico oficial (SEE-SP, 2020a), mais de três milhões e quinhentos mil estudantes distribuídos nas mais de cinco mil escolas sob sua responsabilidade e, desde 1996, utiliza os resultados das avaliações educacionais em larga escala externas à escola produzidas pelo Saresp para mensurar a aprendizagem de seus alunos; a partir de 2007, parte dessas informações compõem o Idesp.

A metodologia de construção do Idesp é apresentada em SEE-SP (2019a) e pode ser sintetizada da seguinte forma:

- O desempenho dos alunos do quinto e nono anos do Ensino Fundamental e do terceiro ano do Ensino Médio em Língua Portuguesa e em Matemática obtido no Saresp é utilizado como Indicador de Desempenho em Língua Portuguesa (IDlp) e Indicador de Desempenho em Matemática (IDmat), respectivamente, e a média de ambos estabelece o Indicador de Desempenho (ID) da etapa de escolarização;
- O indicador de fluxo (IF) de cada etapa de escolarização é obtido pela média das taxas de aprovação dos alunos de todas as séries-anos que compõem a referida etapa

- O ID é multiplicado pelo Indicador de Fluxo (IF), resultando no Idesp da referida etapa de escolarização.

A partir do Idesp de cada escola, a Seduc-SP estabelece anualmente metas para cada escola da rede pública paulista de ensino regular e metas a serem alcançadas pela rede em 2030, com o objetivo declarado de melhorar a qualidade da educação pública paulista, porém o cumprimento dessas metas resulta também em premiações financeiras aos profissionais da educação paulista (SÃO PAULO, 2019). Vicino (2013), após entrevistas com professores coordenadores de escolas, bem como Oshiro, Scorzafave e Dorigan (2015), após analisarem indicadores de qualidade de diferentes escolas, afirmam a necessidade de mais estudos científicos que investiguem se existe relação direta entre premiação financeira oferecida aos profissionais da educação e melhora no desempenho escolar.

Apesar da constatada importância atribuída ao Idesp tanto pela Secretaria de Educação do Estado de São Paulo (Seduc-SP) – ao utilizá-lo como parâmetro de qualidade educacional – quanto por pesquisadores – ao utilizá-lo como objeto de pesquisa –, fato é que ambos – Seduc-SP e pesquisadores – fazem uso das informações disponibilizadas em documentos oficiais elaborados pela própria secretaria. Dentre essas informações, destaco uma que estabelece metas expressas em indicadores estatísticos que permitem analisar, por meio das médias Idesp, a política de qualidade da educação básica presente na rede pública paulista de ensino regular.

Artigo 4º – As metas de qualidade de ensino são fixadas:

I - individualmente para cada unidade escolar, em cada etapa da escolarização do Ensino Fundamental (4ª e 8ª séries) e do Ensino Médio (3ª série);

II - para cada ano desde 2008 até 2030.

Parágrafo único: Em 2030 todas as unidades atingirão IDESP iguais a 7,0, 6,0 e 5,0, respectivamente para a 4ª e 8ª séries do Ensino Fundamental e para a 3ª série do Ensino Médio, considerando os IDESP de cada etapa da escolarização apurado em 2007 para cada unidade escolar (SÃO PAULO, 2008).

Considere-se que as informações aqui expostas explicitam a existência de: um amparo legal no que se refere à oferta de uma educação de qualidade (BRASIL, 1988); um amparo legal que estabelece como mensurar a qualidade da educação básica no âmbito nacional (BRASIL, 2014) e no âmbito do estado de São Paulo (SÃO PAULO, 2008); e evidências empíricas, no caso os indicadores Ideb no âmbito nacional e os indicadores Idesp no âmbito do estado de São Paulo, em especial na rede pública paulista de ensino regular.

Desse modo, encontram-se disponíveis informações que permitem a judicialização da qualidade da educação básica tanto no âmbito nacional quanto no do estado de São Paulo, com o acompanhamento – a partir dos indicadores Ideb ou Idesp – das políticas educacionais referentes à qualidade da educação básica em curso. Este artigo se atém à política de qualidade da educação da rede pública paulista de ensino regular, em especial no que se refere ao acompanhamento dessa política por meio do cumprimento, ou não, das metas anualmente estabelecidas pela Seduc-SP.

O Idesp da rede pública paulista de ensino regular de 2007 a 2019

A divulgação do Idesp de cada escola da rede pública paulista de ensino regular é realizada anualmente pela Seduc-SP por meio do Boletim da Escola (SEE-SP, 2008; 2009; 2010; 2011; 2012; 2013; 2014; 2015; 2016; 2017; 2018; 2019b; 2020b); esse documento disponibiliza outras informações, dentre elas a média Idesp de cada etapa de escolarização que a escola em questão atende. Portanto, a partir desses boletins é possível organizar informações da série histórica das médias Idesp das três etapas de escolarização mensuradas: anos iniciais e anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio. A Tabela 1 apresenta as médias Idesp observadas no período de 2007 a 2019.

Tabela 1: Médias Idesp da rede pública paulista de ensino regular de 2007 a 2019.

Etapa de escolarização	Edição Idesp												
	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Anos iniciais do Ensino Fundamental	3,23	3,25	3,86	3,96	4,24	4,28	4,42	4,76	5,25	5,4	5,33	5,55	5,64
Anos finais do Ensino Fundamental	2,54	2,6	2,84	2,52	2,57	2,5	2,5	2,62	3,06	2,93	3,21	3,38	3,51
Ensino Médio	1,41	1,95	1,98	1,81	1,78	1,91	1,83	1,93	2,25	2,3	2,36	2,51	2,51

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de SEE-SP (2008; 2009; 2010; 2011; 2012; 2013; 2014; 2015; 2016; 2017; 2018; 2019b; 2020b).

Os valores apresentados na Tabela 1 sugerem que a qualidade da educação da rede pública paulista de ensino regular tem melhorado ano a ano, destacando que o valor observado em 2019 é maior do que o valor observado em 2007 para todas as etapas de escolarização. Contudo, esse tipo de informação – pautado em médias – muito pouco expressa quais fatores influenciaram na obtenção de tais números, fatores esses que não são objeto de análise deste artigo. Ademais, é possível afirmar que:

- No que se refere ao Ensino Fundamental I, é observado em 2019 um valor absoluto maior se comparado ao observado em 2007. Observa-se também que em 2007 a média 3,23 representava 46,14% da meta 7 prevista para 2030, e em 2019 a média 5,64 representava 80,57% dessa meta. O Ensino

Fundamental I apresenta ano a ano um crescimento linear em valores absolutos, salvo apenas a edição de 2017, que apresenta uma diminuição em seu valor.

- No que se refere ao Ensino Fundamental II, é observado em 2019 um valor absoluto maior se comparado ao observado em 2007. Observa-se também que em 2007 a média 2,54 representava 42,33% da meta 6 prevista para 2030, e em 2019 a média 3,51 representava 58,50% dessa meta. O Ensino Fundamental II apresenta ano a ano significativas oscilações em seus valores absolutos.
- No que se refere ao Ensino Médio, é observado em 2019 um valor absoluto maior se comparado ao observado em 2007. Observa-se também que em 2007 a média 1,41 representava 28,20% da meta 5 prevista para 2030, e em 2019 a média 2,51 representava 50,20% da meta 5 prevista para 2030. O Ensino Médio apresenta ano a ano uma oscilação em valores absolutos, contudo no período de 2013 a 2018 apresenta um crescimento linear.

Considerando-se as informações expostas até o momento, somadas ao fato de que é dessa forma – expressas em médias – que chegam ao grande público, pode-se inferir que a qualidade da educação da rede pública paulista de ensino regular tem melhorado em valores absolutos. Contudo, não se pode realizar qualquer afirmação sobre a possibilidade do cumprimento das metas estabelecidas para o ano de 2030, isto é: 7 para o Ensino Fundamental I, 6 para o Ensino Fundamental II e 5 para o Ensino Médio, uma vez que são muitas as possibilidades de se realizar simulações com os resultados até então disponíveis, entre elas a de selecionar o maior ou o menor crescimento observado ou selecionar a média observada em um período; todavia, ainda assim expressariam apenas uma simulação cuja finalidade seria a de sustentar a hipótese de cumprimento, ou não, das metas Idesp estabelecidas para a rede pública paulista para o ano de 2030.

O termo hipótese, “no sentido mais leigo do termo, [...] significa uma suposição, uma conjectura e, quando aplicado à pesquisa, implica conjectura quanto

aos possíveis resultados a serem obtidos” (LUNA, 1998, p. 33). Nesse sentido, são apresentadas quatro hipóteses – aqui identificadas como exercícios de simulação – de metas Idesp para o período de 2020 a 2030, pautadas nas médias de crescimento observadas para cada etapa de escolarização no período de 2007 a 2019.

Exercícios de simulação para o Idesp de 2020 a 2030

Os exercícios de simulação aqui apresentados têm o objetivo de produzir informações que permitam a elaboração de hipóteses referentes ao cumprimento, ou não, das metas Idesp estabelecidas pela Seduc-SP para o ano de 2030, para a rede pública paulista de ensino regular. Por se tratarem de exercícios de simulação, não são utilizados modelos estatísticos avançados com fórmulas complexas, e sim as médias simples obtidas por cada etapa de escolarização em determinado período de anos.

Questões metodológicas

Os dados aqui apresentados são parte integrante de uma pesquisa em andamento e classificada de base documental. As informações foram coletadas em documentos disponíveis no endereço eletrônico oficial da Seduc-SP (SEE-SP 2020a) e analisadas a partir da sustentação legal apresentada pela Seduc-SP (SÃO PAULO, 2008 e 2019). Quanto aos resultados obtidos com pesquisas de base documental, vale destacar que:

Convém lembrar que algumas pesquisas elaboradas com base em documentos são importantes não porque respondem definitivamente a um problema, mas porque proporcionam melhor visão desse problema ou, então, hipóteses que conduzem a sua verificação por outros meios (GIL, 2002, p. 47).

No primeiro procedimento são apresentados os percentuais anuais de evolução das médias Idesp das três etapas de escolarização, no período de 2007 – primeira edição do Idesp – a 2019 – última edição com dados disponíveis. Espera-se com esse procedimento identificar, em termos quantitativos, alterações na evolução das médias Idesp no período de 2007 a 2019. No segundo procedimento são apresentados quatro exercícios de simulação para as médias Idesp das três etapas de escolarização, para o período de 2020 – próxima edição do Idesp – a 2030 – última edição prevista.

Para tanto, será utilizada, com base nas informações do procedimento 1, a média da evolução Idesp obtida a partir de quatro períodos diferentes de tempo, quais sejam: um período que abarca as médias da primeira à última edição Idesp (2007 a 2019); um período que abarca as médias das três últimas edições Idesp (2017, 2018 e 2019); um período que abarca as médias das duas últimas edições Idesp (2018 e 2019); e, por fim, as médias da última edição Idesp (2019). Por se tratar de exercícios de simulação com o objetivo de testar uma hipótese, o estabelecimento dos referidos períodos se justifica por: 1) utilizar todas as edições disponíveis e 2) utilizar, com três cenários diferentes, os dados das três últimas edições.

O cruzamento das informações apresentadas nos dois procedimentos permite inferências – ainda que hipotéticas – sobre a possibilidade de cumprimento das metas Idesp estabelecidas pela Seduc-SP para 2030 e fundamentam questionamentos sobre a atual política de qualidade da educação básica da rede pública paulista de ensino regular.

Procedimento 1: Evolução percentual das médias Idesp de 2007 a 2019

A Tabela 2 apresenta a evolução percentual das médias Idesp das três etapas de escolarização da rede pública paulista de ensino regular, possibilitando assim o estabelecimento dos percentuais de evolução para cada simulação proposta para o procedimento 2.

Tabela 2: Evolução percentual das médias Idesp no período de 2007 a 2019.

Etapa de escolarização	2007 para 2008	2008 para 2009	2009 para 2010	2010 para 2011	2011 para 2012	2012 para 2013	2013 para 2014	2014 para 2015	2015 para 2016	2016 para 2017	2017 para 2018	2018 para 2019
Anos iniciais do Ensino Fundamental	0,62 %	18,77 %	2,59 %	7,07 %	0,94 %	3,27 %	7,69 %	10,29 %	2,86 %	-1,30 %	4,12 %	1,62 %
Anos finais do Ensino Fundamental	2,36 %	9,23 %	-11,27 %	1,98 %	-2,72 %	0,00 %	4,80 %	16,79 %	-4,25 %	9,56 %	5,29 %	3,85 %
Ensino Médio	38,30 %	1,54 %	-8,59 %	-1,36 %	7,30 %	-4,19 %	5,46 %	16,58 %	2,22 %	2,61 %	6,36 %	-2,79 %

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de SEE-SP (2008; 2009; 2010; 2011; 2012; 2013; 2014; 2015; 2016; 2017; 2018; 2019b; 2020b).

Inicialmente observam-se oscilações em todos os anos e nas três etapas de escolarização; na maioria das oportunidades em que ocorrem, essas oscilações foram significativas, expressando situações como:

- nos anos iniciais do Ensino Fundamental: de 0,62% para 18,77% e depois para 2,59%, ou ainda de 10,29% para 2,86% e depois para -1,30%;
- nos anos finais do Ensino Fundamental: de 2,36% para 9,23% e depois para -11,27%, ou ainda de 16,79% para -4,25% e depois para 9,56%;
- no Ensino Médio: de 38,30% para 1,54% e depois para -8,59%, ou ainda de 16,58% para 2,22% e depois para 2,61%.

A considerar o período todo, isto é, de 2007 a 2019, é possível observar que nos anos iniciais do Ensino Fundamental ocorreram oscilações, contudo em apenas uma oportunidade foi negativa. Os anos finais do Ensino Fundamental e o Ensino Médio, por sua vez, apresentam em diversas oportunidades evolução negativa.

Tal cenário permite afirmar que a evolução das médias Idesp no período não foi, em valores percentuais, ascendente ano a ano e tampouco se repetiu ano após ano. Certamente diferentes aspectos, que não são objeto de análise deste artigo, impactam diretamente no cumprimento da meta Idesp de cada escola, que por sua vez impacta diretamente no cumprimento de tal meta de cada etapa de escolarização, por conseguinte impactando diretamente no cumprimento do legalmente estabelecido na Resolução 74 (SÃO PAULO, 2008), isto é, na oferta por parte da Seduc-SP de um ensino de qualidade, segundo os parâmetros Idesp, em todas as escolas da rede pública paulista de ensino regular.

Para a realização do procedimento 2, ou seja, quatro exercícios de simulação para o período de 2020 a 2030 a partir da evolução das médias Idesp de 2007 a 2019, estabeleceu-se que os valores percentuais seriam acrescidos ano a ano, isto é, expressariam um cenário favorável em relação ao cumprimento das metas, não observado em momento algum no período de 2007 a 2019. Portanto, os recortes temporais a serem utilizados foram assim definidos:

- para o exercício de simulação 1 será utilizada, para cada etapa de escolarização, a média de evolução percentual observada no período de 2007 a 2019;
- para o exercício de simulação 2 será utilizada, para cada etapa de escolarização, a média de evolução percentual observada no período de 2017 a 2019;
- para o exercício de simulação 3 será utilizada, para cada etapa de escolarização, a média de evolução percentual observada no período de 2018 a 2019;
- para o exercício de simulação 4 será utilizada, para cada etapa de escolarização, a média de evolução percentual observada em 2019.

Procedimento 2: Exercícios de simulação com as médias Idesp de 2020 a 2030

O exercício de simulação 1 apresenta para a edição de 2019 a média Idesp oficialmente obtida pela rede pública paulista de ensino regular e divulgada pela Seduc-SP, e para as edições de 2020 a 2030 é acrescentado, ano a ano, o percentual obtido a partir da média observada no período de 2007 a 2019, isto é, 4,88% para os anos iniciais do Ensino Fundamental; 2,97% para os anos finais do Ensino Fundamental; e 5,29% para o Ensino Médio. A Tabela 3 apresenta essas informações.

Tabela 3: Exercício de simulação 1 com as médias Idesp para o período de 2020 a 2030.

Etapa de escolarização	Edição Idesp													Meta 2030
	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030		
Anos iniciais do Ensino Fundamental	5,64	5,92	6,20	6,51	6,82	7,16	7,51	7,87	8,26	8,66	9,08	9,53	7	
Anos finais do Ensino Fundamental	3,51	3,61	3,72	3,83	3,95	4,06	4,18	4,31	4,44	4,57	4,70	4,84	6	
Ensino Médio	2,44	2,57	2,70	2,85	3,00	3,16	3,32	3,50	3,69	3,88	4,09	4,30	5	

Fonte: Elaborado pelo autor.

As informações obtidas no exercício de simulação 1 e expostas na Tabela 3 possibilitam algumas inferências, entre as quais destaco:

- 9,53 para os anos iniciais do Ensino Fundamental, em 2030, corresponde a superar em 36,14% a meta prevista; 4,84 para os anos finais do Ensino Fundamental, em 2030, corresponde ao cumprimento de 80,67% da meta prevista; e 4,30 para o Ensino Médio corresponde ao cumprimento de 86% da meta prevista.

- Apenas uma das três das etapas de escolarização, no caso os anos iniciais do Ensino Fundamental, cumprirá, em 2024, a meta Idesp estabelecida pela Seduc-SP para o ano de 2030.

O exercício de simulação 2 apresenta para a edição de 2019 a média Idesp oficialmente obtida pela rede pública paulista de ensino regular e divulgada pela Seduc-SP, e para as edições de 2020 a 2030 é acrescentado, ano a ano, o percentual obtido a partir da média observada no período de 2017 a 2019, isto é, 1,48% para os anos iniciais do Ensino Fundamental; 6,23% para os anos finais do Ensino Fundamental; e 2,06% para o Ensino Médio. A Tabela 4 apresenta estas informações.

Tabela 4: Exercício de simulação 2 com as médias Idesp para o período de 2020 a 2030.

Etapa de escolarização	Edição Idesp												Meta 2030
	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	
Anos iniciais do Ensino Fundamental	5,64	5,72	5,81	5,89	5,98	6,07	6,16	6,25	6,34	6,44	6,53	6,63	7
Anos finais do Ensino Fundamental	3,51	3,74	3,98	4,23	4,50	4,79	5,10	5,43	5,78	6,15	6,55	6,97	6
Ensino Médio	2,44	2,49	2,54	2,59	2,65	2,70	2,76	2,81	2,87	2,93	2,99	3,05	5

Fonte: Elaborado pelo autor.

As informações obtidas nesse exercício de simulação e expostas na Tabela 4 possibilitam algumas inferências, entre elas destaco:

- 6,63 para os anos iniciais do Ensino Fundamental em 2030 corresponde ao cumprimento de 94,71% da meta prevista; 6,97 para os anos finais do Ensino Fundamental em 2030 corresponde a superar em 16,17% a meta prevista; e

3,05 para o Ensino Médio em 2030 corresponde ao cumprimento de 61% da meta prevista;

- Apenas uma das três das etapas de escolarização, no caso os anos finais do Ensino Fundamental, cumprirá, em 2028, a meta Idesp estabelecida pela Seduc-SP para o ano de 2030.

O exercício de simulação 3 apresenta para a edição de 2019 a média Idesp oficialmente obtida pela rede pública paulista de ensino regular e divulgada pela Seduc-SP, e para as edições de 2020 a 2030 é acrescentado, ano a ano, o percentual obtido a partir da média observada no período de 2018 a 2019, isto é, 2,87% para os anos iniciais do Ensino Fundamental; 4,57% para os anos finais do Ensino Fundamental; e 1,79% para o Ensino Médio. A Tabela 5 apresenta estas informações.

Tabela 5: Exercício de simulação 3 com as médias Idesp para o período de 2020 a 2030.

Etapa de escolarização	Edição Idesp												Meta 2030
	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	
Anos iniciais do Ensino Fundamental	5,64	5,80	5,97	6,14	6,32	6,50	6,68	6,88	7,07	7,28	7,48	7,70	7
Anos finais do Ensino Fundamental	3,51	3,67	3,84	4,01	4,20	4,39	4,59	4,80	5,02	5,25	5,49	5,74	6
Ensino Médio	2,44	2,48	2,53	2,57	2,62	2,67	2,71	2,76	2,81	2,86	2,91	2,97	5

Fonte: Elaborado pelo autor.

As informações obtidas nesse exercício de simulação e expostas na Tabela 5 possibilitam algumas inferências, entre as quais destaco:

- 7,7 para os anos iniciais do Ensino Fundamental em 2030 corresponde a superar em 10% a meta prevista; 5,74 para os anos finais do Ensino Fundamental em 2030 corresponde ao cumprimento de 95,67% da meta prevista; e 2,97 para o Ensino Médio em 2030 corresponde ao cumprimento de 59,4% da meta prevista;
- Apenas uma das três das etapas de escolarização, no caso os anos iniciais do Ensino Fundamental, cumprirá, em 2027, a meta Idesp estabelecida pela Seduc-SP para o ano de 2030.

O exercício de simulação 4 apresenta para a edição de 2019 a média Idesp oficialmente obtida pela rede pública paulista de ensino regular e divulgada pela Seduc-SP, e para as edições de 2020 a 2030 é acrescentado, ano a ano, o percentual obtido a partir da média observada em 2019, isto é, 1,62% para os anos iniciais do Ensino Fundamental; 3,85% para os anos finais do Ensino Fundamental; e 2,79% para o Ensino Médio. A Tabela 6 apresenta estas informações.

Tabela 6: Exercício de simulação 4 com as médias Idesp para o período de 2020 a 2030.

Etapa de escolarização	Edição Idesp												Meta 2030
	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	
Anos iniciais do Ensino Fundamental	5,64	5,73	5,82	5,92	6,01	6,11	6,21	6,31	6,41	6,52	6,62	6,73	7
Anos finais do Ensino Fundamental	3,51	3,65	3,79	3,93	4,08	4,24	4,40	4,57	4,75	4,93	5,12	5,32	6
Ensino Médio	2,44	2,51	2,58	2,65	2,72	2,80	2,88	2,96	3,04	3,13	3,21	3,30	5

Fonte: Elaborado pelo autor.

As informações obtidas neste exercício de simulação e expostas na Tabela 6 possibilitam algumas inferências, entre as quais destaco:

- 6,73 para os anos iniciais do Ensino Fundamental em 2030 corresponde ao cumprimento de 96,14% da meta prevista; 5,32 para os anos finais do Ensino Fundamental em 2030 corresponde ao cumprimento de 88,67% da meta prevista; e 3,3 para o Ensino Médio em 2030 corresponde ao cumprimento de 66% da meta prevista;
- Nenhuma etapa de escolarização cumprirá a meta Idesp estabelecida pela Seduc-SP para o ano de 2030.

O conjunto de informações obtido a partir dos quatro exercícios de simulação sugerem que os anos iniciais do Ensino Fundamental encontrarão pouca dificuldade para cumprir a meta de 2030, haja vista que em dois dos quatro exercícios de simulação propostos superou a meta estabelecida; os anos finais do Ensino Fundamental encontrarão muitas dificuldades para cumprir a meta de 2030, uma vez que em apenas um dos quatro exercícios de simulação propostos superou a meta estabelecida; e o Ensino Médio não cumprirá a meta de 2030, pois em nenhum dos quatro exercícios de simulação propostos alcançou ou superou a meta estabelecida. O Quadro 1 apresenta o percentual de cumprimento das metas de 2030 para cada etapa de escolarização em cada exercício de simulação proposto.

Quadro 1: Percentual de cumprimento de metas de 2030 para cada etapa de escolarização.

Etapa de escolarização	Simulação 1	Simulação 2	Simulação 3	Simulação 4
Anos iniciais do Ensino Fundamental	136,14%	94,71%	110%	96,14%
Anos finais do Ensino Fundamental	80,67%	116,17%	95,67%	88,67%
Ensino Médio	86%	61%	59,40%	66%

Fonte: Elaborado pelo autor.

Como previsto, cada etapa de escolarização apresenta desempenhos mais efetivos ou menos efetivos em função do recorte temporal e do valor absoluto Idesp 2019, todavia, em todos os exercícios de simulação o Ensino Médio não alcançará a meta estabelecida para 2030, ao passo que as etapas de escolarização do Ensino Fundamental, mesmo cumprindo tal meta em um ou outro exercício de simulação, devem enfrentar dificuldades para, de fato, alcançarem-na.

Os percentuais de evolução observados, em especial para os anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio, estão distantes de 100%, o que sugere a necessidade de vários anos ainda para o cumprimento das metas estabelecidas em 2007. Isso nos conduz a algumas outras questões importantes, como: 1) a Seduc-SP afirma, em 2007, que a qualidade da educação da rede pública paulista de ensino regular apresenta indicadores estatísticos abaixo de valores considerados de qualidade e 2) a Seduc-SP estabelece, em 2007, metas a serem alcançadas anualmente por cada escola e até 2030 para a rede como um todo que classifique como de qualidade a educação oferecida em todas as escolas da rede pública paulista de ensino regular. Certamente alcançar a qualidade de educação em todas as escolas de uma rede pública com mais de 5.000 unidades é um desafio, entretanto estabelecer 23 anos para alcançá-lo, tempo demasiado longo, sugere falta de comprometimento com a urgência de uma educação pública de qualidade, ainda que segundo os parâmetros Idesp; ademais, os resultados dos exercícios de simulação aqui realizados indicam que nem os 23 anos estabelecidos serão suficientes.

O fato de que em todos os exercícios de simulação propostos as condições, em termos de percentuais de evolução utilizados, estabeleceram ascendência ano a ano sugere dificuldades para todas as etapas de escolarização quanto às metas Idesp 2030; dito de outro modo, o padrão de qualidade da educação estabelecido legalmente em 2007 (SÃO PAULO, 2008) não será cumprido em 2030.

Considerações finais

A utilização de indicadores estatísticos no campo educacional brasileiro é de fundamental importância para o monitoramento das escolas, redes e sistemas educacionais. Priorizou-se neste artigo os referentes às médias Idesp da rede pública paulista de ensino regular no período de 2007 a 2019, a fim de analisar sua trajetória, mas também para, a partir deles, realizar alguns exercícios de simulação para o período restante dessa política educacional, ou seja, de 2020 a 2030. Por se tratarem de exercícios de simulação – entre outros possíveis –, faz-se importante destacar o que seus resultados sugerem.

Quanto ao objetivo central aqui proposto, isto é, realizar uma análise das médias Idesp da rede pública paulista de ensino regular no período de 2007 a 2019, conclui-se que as mesmas apresentam em 2019 valores absolutos mais elevados se comparados aos observados em 2007. Contudo, as intensas e constantes oscilações desses valores, observadas ano a ano nas três etapas de escolarização, apesar de previstas, apontam para a urgente necessidade de investigação sobre quais fatores interferem decisivamente nelas, uma vez que foram observadas, em algumas edições, oscilações maiores que 10% para uma política educacional que está em curso desde 2007.

Importante destacar que os Boletins de Resultados por escola são disponibilizados ano a ano pela Seduc-SP, contudo, organizar informações referentes a uma série histórica como o período utilizado nesse artigo implica na destinação de muitas horas de trabalho e certo conhecimento do endereço eletrônico oficial da Seduc-SP. As informações estão disponíveis, mas dada a complexidade de organização de um cenário diferente do oficialmente disponibilizado pelos Boletins de Resultados, dificilmente são encontradas análises que abarquem esse escopo.

Quanto aos exercícios de simulação realizados, torna-se importante ressaltar que, nos quatro exercícios apresentados, o cenário elaborado propunha a evolução percentual ano a ano para as três etapas de escolarização até 2030, ou seja, para as próximas onze edições do Idesp – algo que não aconteceu nas treze edições

anteriores, isto é, um cenário favorável ao cumprimento das metas. Quanto aos resultados desses exercícios de simulação, conclui-se que cada etapa de escolarização encontrará diferentes graus de dificuldade para o cumprimento das metas Idesp 2030, entretanto, as três etapas de escolarização da rede pública paulista de ensino regular dificilmente alcançarão, em 2030, as metas estabelecidas, em 2007, pela Seduc-SP, o que corresponderia ao não cumprimento de uma determinação legal e conseqüentemente o não oferecimento de uma educação de qualidade após o desenvolvimento de uma política educacional com duração de 23 anos, o que possibilitaria a judicialização de escolas e da rede pública de ensino regular como um todo.

A efetivação de ações de judicialização da qualidade da educação da rede pública paulista de ensino regular – com base nos exercícios de simulação aqui realizados – representa uma possibilidade a ser considerada, todavia, corresponde também ao fracasso de uma política educacional que tem sob sua responsabilidade milhões de alunos e utiliza muitos recursos financeiros.

Os exercícios de simulação aqui expostos representam apenas hipóteses, contudo sugerem a necessidade de uma avaliação criteriosa por parte da Seduc-SP quanto à efetividade, ou não, das ações desenvolvidas até 2019 na busca pela qualidade da educação nas mais de 5.000 escolas da rede pública paulista de ensino regular. Assim como os indicadores estatísticos justificaram a implantação da referida política de qualidade da educação, eles possibilitam analisar, projetar e corrigir – caso necessário – as ações em curso.

Sem dúvida os exercícios de simulação aqui apresentados representam algo simples do ponto de vista dos muitos recursos à disposição da Seduc-SP para o acompanhamento da política de qualidade da educação da rede pública paulista de ensino regular, entretanto é possível que tais exercícios subsidiem estudos mais adensados. Em momento algum aqui se questionou se um indicador estatístico mensura ou não mensura qualidade da educação, tampouco se questionou a política de qualidade da educação da rede pública paulista de ensino regular.

A utilização dos indicadores estatísticos produzidos pelas avaliações externas em larga escala se mostra essencial para o acompanhamento de políticas educacionais. Não cumprir as metas Idesp corresponde a mais do que não alcançar um indicador estatístico ou deixar de cumprir uma determinação legal, mas a negar aos alunos da rede pública paulista de ensino regular o direito a uma educação de qualidade, ainda que segundo os parâmetros Idesp.

Referências

ALMEIDA, Luana Costa; DALBEN, Adilson; FREITAS, Luiz Carlos de. O IDEB: limites e ilusões de uma política educacional. **Educação e Sociedade**. Campinas, v. 34, n. 125, p. 1153-1174, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v34n125/08.pdf>. Acesso em: 26 maio 2018.

BAUER, Adriana. Avaliação de redes de ensino e gestão educacional. **Educação & Realidade**, v. 44, n. 1, p. 1-28. 2019. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/edreal/v44n1/2175-6236-edreal-44-01-e77006.pdf>. Acesso em: 17 jan. 2020.

BONAMINO, Alicia; SOUZA, Sandra Zákia de. Três gerações de avaliação da educação básica no Brasil: interfaces com o currículo da-na escola. **Educação e Pesquisa**. São Paulo. v. 38, n.2. p. 373-388. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ep/v38n2/aopep633.pdf> Acesso em: 13 maio 2018.

BORGES, Edna Martins. **Avaliações em larga escala no contexto escolar: Percepção de diretores escolares da rede estadual de ensino de Minas Gerais**, 2016. 327 p. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. 2016. Disponível em: https://www.gestrado.net.br/images/publicacoes/100/Tese_EdnaMartinsBorges.pdf. Acesso em: 20 abr. 2019.

BRASIL, [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1988/constituicao-1988-5-outubro-1988-322142-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em 19 jun. 2019.

BRASIL. **Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014.** Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm. Acesso em: 12 nov. 2014.

CHIRINÉA, Andréia Melanda. **Gestão da escola pública municipal e utilização do IDEB:** As “traduções” no contexto da prática. 2016. 182 p. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2016. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/138313>. Acesso em: 14 abr. 2017.

CNS – Conselho Nacional de Saúde. Resolução n. 510/2016. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. **Diário Oficial da União:** seção 1, Brasília, DF, 2016, p. 44. Disponível em: http://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/22917581. Acesso em: 20 set. 2017.

COLOMBO, Bruna. **Prova Brasil e SARESP:** Repercussões na construção da qualidade da educação na percepção de professores e gestores de escolas públicas estaduais do município de Campinas (SP). 2015. 152 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica, Campinas. 2015. Disponível em: <http://tede.bibliotecadigital.puc-campinas.edu.br:8080/jspui/bitstream/tede/745/1/BRUNA%20COLOMBO.pdf>. Acesso em: 21 abr. 2017.

CORTEZ, Elizena Durvalina Souza. **Repercussões da avaliação externa em larga escala:** A Prova Brasil na percepção de professores. 2016. 229 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 2016. Disponível em: http://repositorio.unicamp.br/jspui/bitstream/REPOSIP/304995/1/Cortez_ElizenaDurvalinaSouza_M.pdf. Acesso em: 07 abr. 2017.

CURY, Carlos Roberto Jamil; FERREIRA, Luiz Antonio Miguel. A judicialização da Educação. **Revista CEJ.** Brasília, n. 45, v.1, p. 32-45, 2009. Disponível em: http://www.ampid.org.br/ampid/Artigos/Judicializacao_Educacao.php. Acesso em: 12 dez. 2018.

FERNANDES, Malu de Souza. **Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo (SARESP):** Motivações, usos e mudanças nas ações dos gestores e docentes em uma unidade escolar da rede estadual de São Paulo

(2007-2012). 2015. 235 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2015. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-25112015-121209/publico/MALU_DE_SOUZA_FERNANDES.pdf. Acesso em: 07 abr. 2017.

FREIRE, Lilian Rose da Silva Carvalho. **SARESP 2005: As vicissitudes da avaliação em uma escola da rede.** 2008. 98 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2008. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-08102008-115903/publico/Dissertacao.pdf>. Acesso em: 07 abr. 2017.

FREITAS, Idelma Pires de. **Análise do Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar em Marília.** 2015. 133 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília. 2015. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/128059/000850142.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 14 abr. 2017.

FREITAS, Pâmela Félix. **Uso das avaliações externas: Concepções de equipes gestoras de escolas da rede municipal de ensino de São Paulo.** 2014. 193 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2014. Disponível em: https://teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-17112014-105953/publico/PAMELA_FELIX_FREITAS_rev.pdf. Acesso em: 07 abr. 2017.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. 175 p.

GUSMÃO, Joana Buarque de. Significados da noção de qualidade da educação na arena educacional brasileira. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 94, n. 236, p. 100-124, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbeped/v94n236/06.pdf>. Acesso em 21 jan. 2018.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Educação básica.** Brasília, DF, 2020. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/educacao-basica>. Acesso em: 29 jan. 2020.

LIMA, Magali Bernardes Vargas de. **A organização do trabalho de uma equipe gestora e o desempenho escolar dos alunos.** 2013. 108 p. Dissertação (Mestrado

em Educação Escolar) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara. 2013. Disponível em:
https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/90170/lima_mbv_me_arafcl.pdf?squence=1&isAllowed=y. Acesso em: 22 abr. 2017.

LOPES, Valéria Virginia. **Cartografia da avaliação educacional no Brasil**. 2007. 396 p. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2007. Disponível em:
https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-01042015-153205/publico/VALERIA_VIRGINIA_LOPES.pdf. Acesso em 18 fev.2019.

LUNA, Sergio Vasconcelos de. **Planejamento de pesquisa: uma introdução**. São Paulo. EDUC. 1998. 108p.

MACHADO, Andrea Sebastiana do Rosário Cavalcante. **O gestor escolar e os desafios da apropriação dos resultados das avaliações em larga escala: Impactos de intervenções pedagógicas em quatro escolas amazonenses**. 2016. 162 p. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora. 2016. Disponível em:
<http://repositorio.ufjf.br:8080/jspui/bitstream/ufjf/3074/1/andreasbastianadorosariocavalcantemachado.pdf>. Acesso em: 20 maio 2017.

MANSUR, Sâmea Luz. O Fenômeno da Judicialização na Sociedade Contemporânea: Breves apontamentos sobre o termo "Judicialização", frequentemente citados em informativos do STF e STJ. **Jusbrasil**. 2017. Disponível em:
<https://samealuz.jusbrasil.com.br/artigos/389418859/o-fenomeno-da-judicializacao-na-sociedade-contemporanea>. Acesso em: 12 ago. 2018.

MENEGÃO, Rita de Cássia Silva Godói. **Impactos da avaliação externa no currículo escolar: Percepção de professores e gestores**. 2015. 272 p. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 2015. Disponível em:
http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/254024/1/Menegao_RitadeCassiasilvaGodoi_D.pdf. Acesso em: 12 abr. 2017.

OSHIRO, Claudia Hiromi; SCORZAFAVE, Luiz Guilherme; DORIGAN, Tulio Anselmi. Impacto Sobre o Desempenho Escolar do Pagamento de Bônus aos Docentes do Ensino Fundamental do Estado de São Paulo. **Revista Brasileira de Economia**. v.

69, n.2, p.213-249. 2015. Disponível em:

<https://doi.org/10.5935/0034-7140.20150010>. Acesso em 23 mar. 2018.

SALGADO JUNIOR, Alexandre Pereira; NOVI, Juliana Chiaretti; FERREIRA, Jonas. Práticas escolares e desempenho dos alunos: uso das abordagens quantitativa e qualitativa. **Educação e Sociedade**. Campinas, v.37, n.134, p.217-243. 2015.

Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v37n134/1678-4626-es-37-134-00217.pdf>. Acesso em: 23 fev. 2018.

SAMPAIO, Fabiana Granado Garcia. **Qualidade nas escolas públicas**: um estudo da gestão na implementação de políticas. 2016. 257 p. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista, Franca. 2016. Disponível em:

https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/142839/sampaio_fgg_dr_fran_int.pdf?sequence=4&isAllowed=y. Acesso em: 21 abr. 2017.

SÃO PAULO (Estado). Resolução SE 74 de 6 de nov. de 2008. Institui sobre o Programa de Qualidade da Educação (PQE). **Diário Oficial do Estado de São Paulo**, São Paulo, v.118, n.211, p.19. 07 nov. 2008. Disponível em:

https://www.imprensaoficial.com.br/DO/BuscaDO2001Documento_11_4.aspx?link=%2f2008%2fexecutivo%2520secao%2520i%2fnovembro%2f07%2fpag_0019_129M23AVIEGM5e2IK32DK4U06FF.pdf&pagina=19&data=07/11/2008&caderno=Executivo%20I&paginaordenacao=100019. Acesso em 15 mar. 2017.

SÃO PAULO (Estado). Resolução SE-16, de 18 de abril de 2019. Estabelece normas relativas à Bonificação por Resultados - BR, instituída pela Lei Complementar 1.078, de 17-12-2008. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**, São Paulo, v.129, n.76, p.22, 23 abr. 2019. Disponível em:

https://www.imprensaoficial.com.br/DO/BuscaDO2001Documento_11_4.aspx?link=%2f2019%2fexecutivo%2520secao%2520i%2fabril%2f23%2fpag_0022_30c1747c40dfc391df22926afd6e15e9.pdf&pagina=22&data=23/04/2019&caderno=Executivo%20I&paginaordenacao=100022. Acesso em: 15 nov. 2019.

SEE-SP. Secretaria de Educação do Estado de São Paulo. **Boletim IDESP das escolas**. 2008. Disponível em:

http://idesp.edunet.sp.gov.br/boletim_escola.asp?ano=2007. Acesso em: 15 set. 2017.

SEE-SP. Secretaria de Educação do Estado de São Paulo. **Boletim IDESP das escolas**. 2009. Disponível em:
http://idesp.edunet.sp.gov.br/boletim_escola.asp?ano=2008. Acesso em: 15 set. 2017.

SEE-SP. Secretaria de Educação do Estado de São Paulo. **Boletim IDESP das escolas**. 2010. Disponível em:
http://idesp.edunet.sp.gov.br/boletim_escola.asp?ano=2009. Acesso em: 15 set. 2017.

SEE-SP. Secretaria de Educação do Estado de São Paulo. **Boletim IDESP das escolas**. 2011. Disponível em:
http://idesp.edunet.sp.gov.br/boletim_escola.asp?ano=2010. Acesso em: 15 set. 2017.

SEE-SP. Secretaria de Educação do Estado de São Paulo. **Boletim IDESP das escolas**. 2012. Disponível em:
http://idesp.edunet.sp.gov.br/boletim_escola2011.asp?ano=2011. Acesso em: 15 set. 2017.

SEE-SP. Secretaria de Educação do Estado de São Paulo. **Boletim IDESP das escolas**. 2013. Disponível em:
http://idesp.edunet.sp.gov.br/boletim_escola2012.asp?ano=2012. Acesso em: 15 set. 2017.

SEE-SP. Secretaria de Educação do Estado de São Paulo. **Boletim IDESP das escolas**. 2014. Disponível em:
http://idesp.edunet.sp.gov.br/boletim_escola2013.asp?ano=2013. Acesso em: 20 fev. 2017.

SEE-SP. Secretaria de Educação do Estado de São Paulo. **Boletim IDESP das escolas**. 2015. Disponível em:
http://idesp.edunet.sp.gov.br/boletim_escola2014.asp?ano=2014. Acesso em: 15 set. 2017.

SEE-SP. Secretaria de Educação do Estado de São Paulo. **Boletim IDESP das escolas**. 2016. Disponível em:
http://idesp.edunet.sp.gov.br/boletim_escola2015.asp?ano=2015. Acesso em: 15 set. 2017.

SEE-SP. Secretaria de Educação do Estado de São Paulo. **Boletim IDESP das escolas**. 2017. Disponível em: http://idesp.edunet.sp.gov.br/boletim_escola2016.asp?ano=2016. Acesso em: 15 set. 2018.

SEE-SP. Secretaria de Educação do Estado de São Paulo. **Boletim IDESP das escolas**. 2018. Disponível em: http://idesp.edunet.sp.gov.br/boletim_escola2017.asp?ano=2017. Acesso em: 20 set. 2019.

SEE-SP. Secretaria de Educação do Estado de São Paulo. **Programa de qualidade da escola (Nota Técnica)**. 2019a. Disponível em: http://idesp.edunet.sp.gov.br/Arquivos/Nota%20tecnica_2018.pdf. Acesso em: 07 jun. 2019.

SEE-SP. Secretaria de Educação do Estado de São Paulo. **Boletim IDESP das escolas**. 2019b. Disponível em: http://idesp.edunet.sp.gov.br/boletim_escola2018.asp?ano=2018. Acesso em: 07 jun. 2019.

SEE-SP. Secretaria de Educação do Estado de São Paulo. **Institucional**. São Paulo, SP. 2020a. Disponível em: <https://www.educacao.sp.gov.br/institucional/>. Acesso em: 15 mar. 2020.

SEE-SP. Secretaria de Educação do Estado de São Paulo. **Notícias**. São Paulo, SP. 2020b. Disponível em: <https://www.educacao.sp.gov.br/noticia/idesp-2019-cresce-desempenho-dos-alunos-ensino-fundamental-da-rede/>. Acesso em: 03 fev. 2020.

SILVEIRA, Adriana Aparecida Dragone. Judicialização da Educação para a efetivação do direito à educação básica. **Jornal de Políticas Educacionais**. v. 5, n.09, p. 30-40. 2011. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/jpe/article/view/25173/16821>. Acesso em: 30 nov. 2018.

VICINO, Maria Bruno. **Programa Bonificação por Resultados**: opiniões de Professores Coordenadores da rede de ensino do Estado de São Paulo. 2013. 97 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Cidade de São Paulo. São Paulo, 2013. Disponível em: http://arquivos.cruzeirosuleducacional.edu.br/principal/old/mestrado_educacao/dissertacoes/2013/maria_bruna_vicino.pdf. Acesso em: 17 abr. 2019.

VIEIRA, Daniely Moreira. **Algumas implicações dos testes padronizados para as práticas pedagógicas docentes em uma turma de alfabetização:** um estudo de caso em uma escola do Rio de Janeiro. 2013. 142 p. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 2013. Disponível em:

https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=108522. Acesso em: 18 jun. 2019.



This work is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial 4.0 International (CC BY-NC 4.0)